

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 190-213. ISSN: 1808-8031

POSSÍVEIS ANÁLISES SOBRE A PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO MARANHÃO (1755-1818): relacionando o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito^{1,2}

POSSIBLE ANALYSIS ON COTTON PRODUCTION IN MARANHÃO (1755-1818): relating the concept of "second slavery" with credit practices

ANÁLISIS POSIBLE EN LA PRODUCCIÓN DE ALGODÓN EN MARANHÃO (1755-1818): relacionando el concepto "segundo esclavitud" con prácticas de crédito

LUIZ ALBERTO COUCEIRO

Doutor em Antropologia/Universidade Federal do Maranhão.

São Luís, MA - Brasil.

luizalbertocouceiro@gmail.com

REJANE VALVANO CORRÊA DA SILVA

Doutora em Antropologia/Universidade Federal do Maranhão.

São Luís, MA – Brasil.

rejanevalvano@gmail.com

Resumo: A partir de meados do século XVIII, inicia-se, no Maranhão, o cultivo extensivo de algodão. Não havia nem sequer investimentos metropolitanos no porto de São Luís. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1788) impulsionou a produção do algodão, com aquisição de escravos e escoamento eficaz para a Europa, aproveitando a crise com a Guerra de Secessão e a ausência de monopólio. Esta Companhia foi fechada, no entanto, o cultivo do algodão continuou a crescer. Sabendo-se que nesta mesma época havia uma demanda industrial por algodão, perguntamos: a) Quais atores sociais agiram no Maranhão? b) O que aconteceu para o algodão passar de moeda interna a mercadoria exportada? c) Qual a relação do conceito “segunda escravidão” com o empreendimento algodoeiro? d) Qual foi a importância do crédito para garantir esta produção? Para responder, analisaremos uma fonte primária e discutiremos a relação entre o conceito de “segunda escravidão” e o crédito.

Palavras-chave: Escravidão. Algodão. Maranhão.

Abstract: From the middle eighteenth century begins the extensive cultivation of cotton. There weren't even metropolitan investments in the port of São Luís. The *Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão* (General Company of Grão-Pará e Maranhão's Commerce - 1755-1788) boosted the cotton production with the acquisition of slaves and effective flow to Europe, taking advantage of American Civil War crisis and the absence of monopoly. This Company was closed, however, the cultivation of cotton continued to grow. Being aware that at this same time there was an industrial demand for cotton, we ask, mainly: a) which social actors were involved in Maranhão? b) what happened that the cotton has been changed from inner currency to commodity? c) what kind of connection between the “second slavery” concept and the cotton enterprise can be done? d) What was

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2015 e aprovado para publicação em novembro de 2015.

² Esse texto trata-se do primeiro referente à recente pesquisa que vimos realizando acerca da produção do algodão no Maranhão, através de sua entrada no capitalismo industrial global. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no evento “El Congreso de Viena y sus dimensiones globales: Congreso internacional para conmemorar el bicentenario del Congreso de Viena (1814 – 1815)”, ocorrido em Viena (Áustria), entre os dias 18 e 22 de setembro de 2014. Queremos agradecer os comentários de Dale Tomich, Matthias Rohring Assunção, Michel Zeuske, Rafael Marquese e Tamis Parron, bem como aos colegas que compõem a *Second Slavery Network*, pelas informações, reflexões e textos constantemente disponibilizados.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

the relevance of the credit to guarantee this production? In order to answer these questions we will analyze Gaioso's book and other documents.

Keywords: Slavery. Cotton. Maranhão.

Resumen: Desde mediados del siglo XVIII comienza el cultivo extensivo de algodón. No había ni siquiera inversiones metropolitanas en el puerto de São Luís. La Sociedad General de Comercio del Grão-Pará y Maranhão (1755-1788) impulsó la estructuración de la producción de algodón: adquisición de esclavos y el flujo efectivo a Europa, aprovechando la crisis de la Guerra Civil y la ausencia de monopolio. Esta empresa se cerró, sin embargo, el cultivo de algodón siguió desarrollando. Informados que en este mismo tiempo hubo una demanda industrial para el algodón, nos preguntamos, principalmente: a) cuales actores sociales participaron en Maranhão? b) Lo que sucedió que el algodón se ha cambiado de moneda interna para los productos básicos? c) Qué tipo de conexión entre el concepto de "segunda esclavitud" y la empresa de algodón se puede hacer? d) ¿Cuál fue la importancia del crédito para garantizar esta producción? Responder a estas preguntas analizamos libro Gaioso's y otros documentos.

Palabras clave: Esclavitud. Algodón. Maranhão.

Introduzindo o algodão no Maranhão

Durante o século XVIII, o consumo de produtos ultramarinos de uso cotidiano (alimentos e vestuário) crescia principalmente na Inglaterra, como também noutras partes da Europa. A dinâmica desse comércio entre colônias e metrópoles era vivida a partir do incremento da relação de troca de produtos primários por manufaturados.³ Para alguns distribuidores, esse mercado poderia ser expandido caso a oferta de matéria-prima aumentasse. Eles talvez percebessem que as manufaturas fabricadas na Europa eram impulsionadas a partir da relação com os territórios onde eram produzidas as matérias-primas, locais estruturados em grandes extensões de terras, trabalho de escravos africanos e seus descendentes, populações nativas.⁴ Quanto ao trabalho escravo especificamente, os produtos primários eram obtidos com base no crescente comércio deles.⁵

Em 1780, os principais produtos comprados no dia a dia não eram mais pimenta e outros das chamadas Índias Orientais. O fornecimento de fios para têxteis, açúcar, chá, fumo e café pelos trópicos acabou superando o de metais preciosos e especiarias. A explicação para esta mudança estaria na articulação entre a demanda das metrópoles e a produção das

³ NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. In:_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. cap. 2, p.57-116.

⁴ HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979. p.49.

⁵ NOVAIS, op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

colônias. O consumo interno do Velho Mundo pode nos revelar que mudanças nas formas de exploração nos territórios coloniais eram operadas.⁶

Como sabemos, não houve aumento na produção nas fábricas inglesas de tecidos sem simultaneamente haver aumento de produção de matérias-primas nas colônias. Para tal, era necessário obter mais algodão e de preferência mais barato⁷. Segundo Braudel, a Inglaterra inicialmente imitou a indústria indiana e triunfou no seu propósito ao fazer “igualmente bem e barato”⁸. Um exemplo é o que Bayly analisa sobre a Índia, que de exportadora de tecidos para os ingleses até o século XVIII, tornou-se importadora de tecidos de fabricação britânica, durante o século XIX.⁹

Nessa nova conjuntura de expansão de consumo, o tráfico de escravos constituiu-se na forma mais importante e fundamental de fornecimento de trabalhadores para a construção do comércio no Atlântico, que, além de lucrativo, era um dos alicerces da produção industrial europeia.¹⁰ Terras com limites vastos para serem utilizadas como plantações com trabalhadores compulsórios eram elementos chave na composição da lógica de “exploração máxima de recursos naturais” em nome da produção constante de *commodities*.¹¹

No caso específico da capitania do Maranhão, parte da colônia portuguesa no Novo Mundo desde o século XVII¹², não havia considerável fluxo de escravos até 1756, e também não despertava maior atenção de Portugal para grandes empreendimentos coloniais. A partir do final deste século, com a nova divisão territorial entre Maranhão e Grão-Pará, inicia-se o cultivo extensivo de algodão. Não havia maiores investimentos metropolitanos no porto de São Luís, cidade que permaneceu como capital da capitania do Maranhão durante o

⁶ HOBBSAWM, op. cit.

⁷ Ibid., p.53.

⁸ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*: II. Os jogos de trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.531.

⁹ BAYLY, C. A. As origens do *swadeshi* (indústria doméstica): tecidos e a sociedade indiana de 1700 a 1930. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 357-399.

¹⁰ Cf. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo & Escravidão e a historiografia sobre a escravidão nas Américas. Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v.26, n.75, p.341-354, maio/ago. 2012.

¹¹ MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v.23, n.3, p.409-433, 2000.

¹² O Estado do Maranhão, unidade administrativa da Coroa Portuguesa, criada em 1621, compreendia as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará. A América Portuguesa era dividida entre o Estado do Maranhão, com capital em São Luís, e o Estado do Brasil, com capital em Salvador. Em 1654, o Estado do Maranhão passa a chamar-se Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo que em 1751 passa a ser designado Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo sua capital transferida para Belém. A partir de 1772, passa a ser dividido em Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, e Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

século XIX, impossibilitando a navegação para fora da província. Até então, nada de maior valor econômico, em larga escala e que interessasse à metrópole, era produzido nesse território, como o açúcar em outras províncias.

No entanto, a situação mudou: em 1755, foi fundada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Corpo político responsável pela administração do absoluto monopólio, por mais de trinta anos, da navegação no Maranhão e Grão-Pará, do tráfico de escravos e da compra e venda de mercadorias e gêneros coloniais¹³. Suas atribuições também eram o incremento da introdução de trabalhadores africanos escravizados, a distribuição de sementes aos colonos e a comercialização de seus produtos com o Reino. A regularidade do fornecimento de 600 escravos por ano foi seguida, num total de pelo menos 12 mil enquanto a Companhia existiu¹⁴. Antes disso, um ou dois navios entravam por ano no porto de São Luís, passando a mais de 100 no novo cenário.¹⁵

Isso acabou impulsionando a estruturação da produção do algodão no Maranhão: foram adquiridos escravos e realizados investimentos no escoamento eficaz à Europa, aproveitando a crise com a Guerra de Independência das Treze Colônias Inglesas na América e a ausência de monopólio.

Além do aumento da população de origem africana, a introdução da produção em grande escala do algodão afetou não somente os usos de suas terras, mas também a sua maneira de trocar. Na Capitania, o algodão tinha dois usos: enquanto moeda e enquanto mercadoria. Com a exportação em alta escala é que o algodão passa pelo processo de tornar-se exclusivamente uma mercadoria, deixando de ser moeda. Essa mudança resultará em algumas consequências que falaremos mais adiante. Nesta capitania havia produção de açúcar, cravo, canela e cascas, para a fabricação de tinta, além do algodão, que não foi introduzido somente nesta região sendo conhecido noutras regiões da América Portuguesa.¹⁶

Assim, a particularidade da capitania do Maranhão era que inicialmente este produto era usado para trocas comerciais substituindo moedas de prata e ouro como moeda principal e para consumo local, porque era algo caro e raro. Dele, eram feitos panos, que passavam por momentos de aumento de valor interno quando ocorriam exportações para

¹³ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1. p.70.

¹⁴ *Ibid.*, p.84-85.

¹⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p.91.

¹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1954. p.88; SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p.368.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Portugal, acarretando, em alguns casos, a seus moradores falta de matéria-prima para produzir suas próprias vestimentas.¹⁷

Para além do consumo interno à capitania, outras também compravam este algodão. As populações que viviam nas áreas auríferas das Minas Gerais conviviam com produtores locais de panos para suas vestimentas, utilizando algodão que vinha de outra capitania. Em algumas ocasiões, serviam inclusive para a produção de peças de vestimentas de luxo, negociadas para fora do território colonial¹⁸. Cabe ressaltarmos que a demanda das outras capitanias por ser pequena não mudava o status do algodão como moeda no Maranhão, o que só começou a mudar com a produção para exportação.

Com a queda do monopólio de sua produção, em 1724, a capitania do Maranhão passa por um período de forte concorrência com a cidade de Belém, capital da capitania do Pará, onde houve produção de algodão exclusivamente para exportação. Isso não afetou a sua moeda interna, que não era o algodão, mas o cacau¹⁹. Até então, o algodão era produzido por colonos e coletivos indígenas, com os tecidos sendo feitos manualmente. Mesmo anos mais tarde, com a introdução de grandes fazendas escravistas, a produção algodoeira não obedecerá ao sistema de *plantation*, seguindo as definições teóricas e conceituais estabelecidas por Wolf & Mintz²⁰, uma vez que seu beneficiamento ocorria em fábricas europeias, fundamentalmente em Manchester, Inglaterra, e não na própria unidade de produção.²¹

Entrar no sistema mundo sem *plantation* com mão de obra escrava é uma novidade não prevista por Wallerstein²². Para este autor, a discussão central no cenário da construção da economia mundial capitalista tinha a *plantation* como o modelo essencial (universal) na expansão da produção de matérias-primas industrializáveis. Essa novidade faz do Maranhão lugar privilegiado para ser investigado no cenário das assim chamadas micro-

¹⁷ LIMA, Alam José da Silva. *Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”*: moeda natural e moeda metálica na Amazônia Colonial (1706-1750). 2006. f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2006. p.22.

¹⁸ Cf. COELHO, Alexandre Bragança. *A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos*. 2002. f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo, Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2002, p.7-11.

¹⁹ LIMA, op. cit., p.22.

²⁰ WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney W. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2. ed. rev. e ampl.. Recife: Editora Universitária Ufpe, 2010. p.169-223.

²¹ ASSUNÇÃO, Matthias Rhöring. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.14, p.32-71, abr. 2000; LIMA, op. cit., p.20.

²² WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.87-88. Traduzido do inglês.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

histórias das novas zonas coloniais de exploração escravista que foram abertas em sentido oposto ao enfraquecimento das antigas, nos termos de Tomich & Zeuske.²³

Do ponto de vista do meio ambiente no Maranhão, o clima e a rede hídrica, que levava ao Atlântico, eram propícios à produção em larga escala e não por acaso os alçdoais ficavam perto dos rios para facilitar seu escoamento até o porto em São Luís. Monzote, em seu trabalho sobre Cuba, já nos mostrou o quanto características geográficas eram fundamentais para a escolha de onde realizar esses tipos de investimentos. Assim, os engenhos dispuseram de lenha de florestas e de portos próximos para a produção do açúcar²⁴.

E se a geografia local tanto no Maranhão quanto em Cuba foi bem explorada pelos ingleses, o contexto político internacional também influenciou a produção em ambos os locais. Da mesma maneira como a baixa produção das Treze Colônias inglesas ajudou a alavancar a produção maranhense, a Revolução de Escravos no Haiti, durante a década de 1790, deu maiores chances para o sucesso do açúcar cubano. Tal como no Maranhão, ingleses tinham influência direta nos incentivos aos usos dos recursos naturais cubanos, principalmente suas florestas. No Haiti, a metrópole francesa não aliviava a vida dos escravos, uma vez que os senhores, para fornecer quantidades de açúcar cada vez maiores, colocavam-nos para trabalhar em ritmos mais fortes e tarefas variadas, dependendo da época do ano.²⁵

E se tem uma fonte que deve ser estudada acerca do algodão no Maranhão é o *Compêndio* de Gaioso. Raimundo José de Sousa Gaioso (1747-1813) nasceu na Argentina, filho de João Henriques de Sousa, que era versado em finanças tendo fundado em 1772 a Aula de Comércio em Lisboa. O pai fora escrivão do Erário, cargo que o filho herdou. Porém em 1786 aconteceram irregularidades no Erário: seu pai foi demitido e Raimundo Gaioso foi degradado para o Maranhão, aonde chegou no ano seguinte. Depois de longa reavaliação de seu caso, foi anistiado de sua pena e reabilitado a informante do rei. Gaioso publicou, dentre outros textos, o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, suas produções, progressos, entraves que a atacam e meios de remediá-los*, no início do século XIX.²⁶

²³ TOMICH, Dale; ZEUSKE, Michael (Ed.). Introduction. In: BRAUDEL, Fernand. The second slavery: mass, slavery, world-economy, and comparative microhistories. *Center Review*, v. 31, n. 2, p.91-100, 2008.

²⁴ MONZOTE, Reinaldo Funes. *From rainforest to cane field in Cuba: an environmental history since 1492*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.

²⁵ Cf. FICK, Carolyn. *The making of Haiti: the Saint Domingue Revolution from below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p.29-37.

²⁶ Estamos usando a seguinte edição: GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Neste *Compêndio*, Gaioso tem como objetivo descrever os progressos da lavoura e do comércio da capitania. Para ele, o Maranhão começa a prosperar por conta da Companhia de Comércio. Gaioso ficou incumbido de, em nome dos lavradores, mandar notícias ao chefe de governo. Este levaria os seus escritos ao Príncipe, quem poderia diminuir os entraves que teriam “arruinado” a lavoura do país.

Gaioso entendeu que cabia a ele expor a “enfermidade política” do país e também propor o “remédio” que ele entendia estar na economia política dos Estados. Este *Compêndio* foi dividido em duas partes. Na primeira, fala sobre os “primeiros povoadores” do Maranhão, apontando também, dentre outros tópicos, principais rios e produções, lavoura, comércio. Na segunda parte, o autor argumenta porque considera que a lavoura está em decadência e defende porque se deve plantar algodão nesta capitania, a primeira a negociar este gênero, segundo ele, e cuja qualidade seria comparável aos algodões de Pernambuco (o que seria evidenciado pelo fato dos algodões produzidos em ambos os locais terem o mesmo preço).

Sabendo-se que na segunda metade do século XVIII havia uma demanda industrial por algodão, perguntamos: a) Quais atores sociais agiram no Maranhão? b) O que aconteceu para o algodão passar de moeda interna a mercadoria exportada? c) Qual a relação do conceito “segunda escravidão” com o empreendimento algodoeiro? d) Qual foi a importância do crédito para garantir esta produção?

Para começar a responder a essas perguntas, faremos uma revisão bibliográfica do que foi escrito sobre algodão no Maranhão e relacionaremos com o contexto do capitalismo global. Nossa principal fonte primária é o ponto de vista de Gaioso, contido em seu *Compêndio*. Dentre os vários assuntos abordados, o que nos interessa aqui é como ele acreditava que se poderia melhorar a organização da produção do algodão, passando por formas de obtenção de crédito e questões relativas à aquisição de mão de obra. Nosso olhar será através das lentes do conceito de “segunda escravidão”, elaborado por Dale Tomich²⁷, tendo como fio condutor noções de dívida e crédito.²⁸

Atores sociais envolvidos com o algodão no Maranhão

²⁷ TOMICH, Dale. A “segunda escravidão”. In: _____. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. p.81-97.

²⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism, 15th-18th Century: the structures of everyday life: the limits of the possible*. New York: Harper & Row Publishers, 1979. v.1; MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p.183-314; LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 92-107.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Para investigar o algodão no Maranhão é imprescindível falar dos agentes sociais envolvidos (portugueses e ingleses que vieram para o Maranhão ou os que ficaram na metrópole, africanos trazidos para esta Capitania e os próprios indígenas que já estavam no local) porque havia diferenças na forma de realizar trocas econômicas. Estas aconteciam de maneira local e global, tendo alguns atores que frequentavam tanto o Maranhão quanto a Europa e a África (os que comercializavam escravos e circulavam nos navios).

Para Polanyi, há vários tipos de economias na “sociedade humana”, sendo a sociedade liberal de mercado um tipo que surgiu com o advento da civilização industrial e com a proposta de eliminar mercados isolados, pois, afirmam seus defensores, os bens deveriam circular (livre comércio)²⁹. Os ingleses queriam uma economia de mercado no Maranhão através do algodão? Parece que sim, pois já no século XVII foram assinadas a Carta dos Privilégios Ingleses nos Domínios Portugueses em 1647 e a Grande Carta das Liberdades inglesas em Portugal em 1654. Ambas concediam e garantiam uma série de direitos aos ingleses em colônias portuguesas como, por exemplo, fixar residência e comércio em solo brasileiro³⁰. O que parece que havia no período estudado por nós era um misto de implementação de economia de mercado onde, por exemplo, a economia determinava como seriam usados os recursos naturais (segundo interesses da Revolução Industrial dos ingleses) e, ao mesmo tempo, os recursos naturais determinando o tipo de economia local. Como o próprio autor defende, não existe uma economia natural com leis econômicas universais. E na capitania estudada parece ser possível perceber um momento de transição ou de coexistência entre dois tipos de economia convivendo simultaneamente e, detalhe, no mesmo local. Se Dale Tomich já argumentou que a proletarização da mão de obra na Europa era sustentada pela escravidão nas colônias, parece-nos que nesta capitania coexistiram duas propostas opostas convivendo: economia de mercado e economia enraizada (imbricada) na sociedade.³¹

Com a economia de mercado, o trabalho e a terra foram transformados em mercadoria. Sendo que no caso de nossa pesquisa o trabalho remunerado está nas fábricas de tecido inglesas. O controle da natureza gerando renda (um tipo de uso da terra), uma característica da economia liberal, acontecia na colônia portuguesa, como se fosse um braço dos ingleses e de sua economia num outro território. O trabalho escravo não era remunerado,

²⁹ POLANYI, Karl. Nossa obsoleta mentalidade de mercado. In: POLANYI, Karl (Org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p.209.

³⁰ Cf. MANCHESTER, Alan K. *A preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973., p.17-37.

³¹ TOMICH, Dale W. Mundo do capital, mundos do trabalho. In: _____. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. p.53-79.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

porém o uso da terra, mediante plantação de algodão, a transformou em mercadoria.³² Daí também o algodão ter que deixar de ser moeda para poder ser exclusivamente mercadoria – uma intenção que inicialmente parecia ser só dos ingleses, mas que acabou sendo adotada pelos portugueses como veremos em breve sobre as atitudes do Marques de Pombal.

Polanyi cita Aristóteles em seu artigo *Nossa obsoleta mentalidade de mercado* de 1947 ao argumentar que a economia está “mergulhada em suas relações sociais”³³, sendo um fenômeno muito recente na história da humanidade o oposto: uma sociedade mergulhada no sistema econômico. A fim de provar isso, ele cita o estudo sobre a economia “primitiva” entre os trobriandeses de Malinowski.

Vale lembrarmos que os antropólogos, desde o final do século XIX, procuraram responder como sociedades sem dinheiro, Estado e escrita realizavam trocas (sociedades muitas vezes classificadas como “primitivas” e “simples” justamente por causa destas características). Malinowski ao estudar os trobriandeses dedicou-se a entender os significados e os usos de colares e braceletes que eram trocados nas várias ilhas.³⁴

Polanyi, Arensberg e Pearson em 1957 publicam *O lugar das economias nas sociedades*³⁵ onde retomam à crítica ao liberalismo econômico, que afirma que o sistema de mercado seria característica de toda economia humana, propondo repensar o que se deve entender pela palavra “econômico”. Seria o ato de poupar? Satisfazer as necessidades materiais do ser humano? Os três autores defendem então que a ênfase deveria estar no estudo dos movimentos de bens e pessoas. Cabe aqui citarmos a proposta semelhante de ampliar o escopo do estudo sobre economia proposto por Mauss na década de 1920 no seu texto *Ensaio sobre a dádiva*³⁶ onde, ao comparar economias “primitivas e arcaicas” das mais elementares às mais complexas, propôs que economia era o estudo de toda troca, independente de ser mediada por dinheiro (apoiado num mercado formador de preços) ou por escambo (troca de mercadorias sem dinheiro).

A análise de Mauss sobre as trocas econômicas “primitivas” constatou que elas acontecem por meio de presentes, havendo para todo dom (prestação) um contradom (contraprestação). Essas relações pressupõem uma reciprocidade garantida por obrigações de

³² POLANYI, *Nossa obsoleta...* op. cit.

³³ *Ibid.*, p. 215

³⁴ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção *Os Pensadores*, v. 43).

³⁵ POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. O lugar das economias nas sociedades. In: POLANYI, Karl (Org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p.269-291.

³⁶ MAUSS, op. cit. p.183-314.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

dar, receber e retribuir. Falar de economia é tratar sobre as trocas realizadas, seja entre indivíduos, clãs, sociedades ou Estados. Realizar trocas é estabelecer alianças e gerar expectativas de receber sempre algo como retribuição. Mais do que expectativa, há uma obrigação social assumida entre os envolvidos, a partir do momento que se começa a trocar. A aliança é rompida não somente quando se deixa de trocar, mas também quando as retribuições não são dadas com juros. Mais do que isso, falar de economia é falar de troca, seja com ou sem dinheiro. Neste sentido mais amplo, toda sociedade tem economia. Alguns cientistas sociais têm como tema recorrente a economia moderna sem encará-la como sendo algo tão diferente das economias sem dinheiro e enfatizando aspectos subjetivos presentes em diversas trocas.

Em 1949, Lévi-Strauss publica *As estruturas elementares do parentesco*³⁷ onde em um de seus capítulos generaliza a reciprocidade: mesmo em sociedades com dinheiro, haveria trocas de presentes. Toda troca (econômica) pressupõe, para este autor, obrigações entre os agentes sociais envolvidos, o que muda são as formas de realizá-las e seus significados. Com o método comparativo, buscam-se semelhanças e diferenças entre as diversas sociedades sendo elas simples ou complexas.³⁸

Esta maneira de ver interessa-nos porque analisar as relações econômicas em torno da produção do algodão é relacionar diferentes agentes sociais que pertencem a diferentes organizações sociais, que realizam trocas de maneiras diferentes. Assim, se na Inglaterra se usava dinheiro e já existia banco, e a força de trabalho era paga a um assalariado, no Maranhão não havia dinheiro, as relações de trabalho eram compulsórias, pressupondo regras sociais diferentes nas maneiras de trocar.

Em 1703 foi assinado o Tratado de Methuen, considerado como sendo a principal aliança entre Inglaterra e Portugal, através da qual os ingleses obtiveram muitos lucros. Será a partir de 1750, com a nomeação do secretário de Estado para os negócios exteriores e da guerra, quem futuramente seria conhecido como Marques de Pombal, que esta supremacia inglesa nos domínios de Portugal enfraquecerá. Marques de Pombal vai então se interessar no algodão enquanto mercadoria, como já faziam os ingleses.³⁹

Segundo Gaioso, em 1731 sobe ao trono de Portugal D. José I que resolve decretar a liberdade dos índios em 1755. No ano seguinte criou uma companhia geral cujo nome era Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão com um dos objetivos de tornar

³⁷ LÉVI-STRAUSS, op. cit., p. 92-107.

³⁸ Ibid.

³⁹ MANCHESTER, op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

possível “[...] o progresso da indústria desta capitania [...]”⁴⁰. Algumas pessoas, que Gaioso não explicita quem teria sido, foram contra esta Companhia dizendo que ela iria “atrapalhar o crescimento da indústria” e que feria “[...] os mais sólidos princípios de uma bem regulada economia política [...]”⁴¹. Gaioso entendia que como os negociantes não eram ricos precisavam da ajuda desta Companhia, que dividiria os “efeitos de primeira necessidade”. O autor do *Compêndio* entendia que era necessário dar o privilégio a alguns comerciantes para eles realizarem seus investimentos.

Gaioso então se pergunta: quais seriam os “capitalistas” estabelecidos nesta terra que pudessem fazer os suprimentos necessários para se iniciar algum gênero de cultura, que interessasse a lavoura em geral e ao Soberano em particular? Essa pergunta era central, uma vez que no início deste empreendimento não havia rendimento, mas muita despesa. Faltava na lavoura instrumentos, sustento para os agricultores e escravos. Além disso, os poucos “especuladores” da Europa não se interessariam em se arriscar num negócio tão iniciante.

Haveria em Lisboa um senhor muito rico, Feliciano Velho Oldemberg, cujas riquezas eram “imensas” e seu crédito maior ainda. Ele seria o negociante mais rico do local, sendo sua capacidade de investimento calculada por Gaioso como sendo equivalente a de 30 pessoas. Por tamanha riqueza, ele mereceria privilégios diante de outros, ainda mais que ele também tinha “especulações” na Ásia e na China⁴².

Além disso, para Gaioso, a dificuldade de se ter investidores no Maranhão era superada com a criação da Companhia, que para dar um impulso inicial, iria disponibilizar um fundo de dois milhões divididos em 1.200 ações pelos homens “[...] abastados, protegidos e honrados pelo ministério [...]”⁴³. As circunstâncias justificariam a exceção.

Os distribuidores eram os intermediários entre os donos das fábricas que compravam matéria-prima e os fazendeiros que as vendiam. Eles eram também uma pessoa autorizada pelas metrópoles para fazer o comércio entre as colônias e outros territórios, como também atividades de crédito.

No Maranhão, comerciantes ingleses estabeleceram casas de representação para negociar diretamente com os produtores, antes mesmo da abertura dos portos, ocorrida em 1808, contudo intensificada imediatamente após esse evento.⁴⁴

⁴⁰ GAIOSO, op.cit., p.173.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid., p.176.

⁴³ Ibid., p.177.

⁴⁴ SIMONSEN, op. cit.; VIVEIROS, op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Temos a Coroa Portuguesa e seus representantes, banqueiros, donos de fábricas e, talvez, comerciantes ingleses, além dos lavradores no Maranhão e dos traficantes de escravos. Todos esses agentes sociais realizavam acordos (in)formais neste período. Porém havia mais gente envolvida.

Segundo Viveiros⁴⁵, em 1798, a população escrava era 46,5% da população da capitania. Os navios da Companhia de Comércio traficaram 25.365 escravos, sendo 10.616 para o Maranhão e 14.749 para o Pará.⁴⁶ Às vésperas da independência das colônias portuguesas na América (1822), a província do Maranhão era a que possuía maior quantidade de escravos em termos de sua população absoluta, cerca de 55% – espantoso crescimento se compararmos aos tempos anteriores aos da fundação da Companhia de Comércio, onde havia exíguos africanos e seus descendentes.

A mola propulsora para o crescimento exponencial da importação de escravos foi o algodão: internamente, o cultivo organizado através da Companhia de Comércio e, externamente, a crescente demanda inglesa com a Guerra de Independência de suas colônias na América. Nesse ambiente de ampliação acelerada da exploração de terras, o escravo trabalhava em ritmo cada vez mais intenso nas lavouras, em comparação com a produção para os mercados internos.⁴⁷ Em 19 de janeiro de 1787, já após o fechamento daquela companhia, o Governador e Capitão-Geral do Estado do Maranhão e Piauí, Martinho de Mello e Castro, escreveu ao Rei de Portugal reconhecendo o “progresso no comércio da capitania do Maranhão, devido ao aumento da população e o trabalho de africanos na plantação e colheita de produtos”, mesmo com o aumento do preço dos escravos na rota que vinha de Cacheu, em Cabo Verde.⁴⁸ A ideia era que a produção do algodão acompanhasse a demanda industrial inglesa, no cenário caracterizado por Tomich como “segunda escravidão”.⁴⁹ Afinal, já se plantava algodão no Maranhão, mas não nesse ritmo tão exigente, que muitos escravos consideravam demasiado. No ano anterior àquele comunicado, José Telles da Silva, antecessor de Martinho de Mello e Castro, informava ao Rei sobre o “aumento na produção de gêneros”, “da importação de escravos” dentro do cenário de “crescimento do comércio e da agricultura nessa colônia”. Essas informações faziam parte dos dados contidos nos mapas a

⁴⁵ VIVEIROS, op. cit.

⁴⁶ DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, 1755 – 1778*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 2 v.

⁴⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil – séculos XVII-XIX*. São Paulo: Editora UNESP; Editora Polis, 2005.

⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Maranhão (doravante APEM), Livro 13 (1784-1787), Registro das ordens de Sua Majestade, suas respostas e contas dadas pelo Governador e Capitão-Geral (ofícios, contas, provisões, propostas, respostas de ofícios), fls.147, v.148.

⁴⁹ TOMICH, A “segunda escravidão”... op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

ele enviados, mostrando os navios que entravam no porto de São Luís, carregados de africanos, e os que zarpavam repletos de algodão e arroz⁵⁰. Telles já havia mostrado um ano antes, segundo outro informe ao Rei, animação com as perspectivas de melhoria da produção agrícola na província do Maranhão. Teria recebido a notícia de que mais escravos chegariam tanto de Cabo Verde quanto de Bissau, através de navios dos quais já teria até os nomes.⁵¹

A exigência dos escravos para corresponder às demandas portuguesas e inglesas resultou, dentre outras consequências, em fugas das fazendas, saques a núcleos urbanos e feroz enfrentamento de tropas senhoriais que tentavam, na maior parte das vezes em vão, recapturá-los.⁵² Mais do que isso, fundaram núcleos de populações chamadas de quilombolas e comunidades de fugitivos. O cenário nessas regiões era, muitas vezes, de verdadeira guerra entre fazendeiros, quilombolas, indígenas e autoridades públicas. Matas ainda não exploradas tornavam-se opção pragmática para fugitivos, ainda mais com a população cativa estando espalhada no Maranhão, dadas as características da localização das fazendas. Quilombolas e escravos que não haviam optado pela vida em mocambos estavam em permanente comunicação. Em 1754, um ano antes da fundação da Companhia de Comércio, essa situação já era uma realidade. Em dois de novembro, o governador da capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Souza, concede o posto de capitão do mato a Ignácio Monteiro de Souza. Envia uma carta ao Rei de Portugal justificando sua atitude porque existiam “vários mocambos e quilombos de negros fugidos, que vivem à vontade por falta de capitão do mato, nos distritos desta cidade de São Luís”⁵³. Já em 1755, no início do tráfico de escravos monopolizado pelos navios da Companhia, João Almeida Cardozo foi nomeado capitão do mato, para, segundo as ordens de S. Majestade, “extinguir” os “mocambos e quilombos de negros fugidos [...] que causam prejuízo às lavouras”⁵⁴. No ano seguinte, quem passa a ser capitão do mato, na vila de Santa Maria do Icatu, é José Antônio Pescacio, posto que na região “se acham vários mocambos e quilombos de negros fugidos e levantados os quais, além de ladrões de estradas, também destroem plantações das fazendas”. Assim, argumentou o governador, haver a “necessidade de capitães do mato que os prenda, e porque S. Majestade

⁵⁰ APEM - Registro das ordens de Sua Majestade, suas respostas e contas dadas pelo Governador e Capitão-Geral (ofícios, contas, provisões, propostas, respostas de ofícios), 1784 – 1787, Livro 13, fls.129-130.

⁵¹ *Ibid.*, fls.161-162.

⁵² GOMES, Flávio dos Santos. Peasants, maroons, and the frontiers of liberation in Maranhão. In: TOMICH, Dale; ZEUSKE, Michael (Ed.). *The second slavery: mass, slavery, world-economy, and comparative microhistories. Fernand Braudel Center Review*, v. XXXI, n.2, 2008, p.373-399.

⁵³ APEM - Fundo 1 – Secretaria do Governo (1728-1914), Série 1: Registro de Patentes Militares, Livro 02, 1754-1776, fl.10.

⁵⁴ *Ibid.*, fls.99 v-100.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

ordena a extinção dos mocambos e quilombos”⁵⁵. Mas a região, incluindo Parnaíba, não apresentou melhorias no quadro do controle da mão de obra compulsória africana. Em 1768, o governador José Telles Menezes continuou a nomear mais e mais capitães do mato. Novamente, justificava à S. Majestade que a sua “falta [...] causava prejuízo às lavouras”, atingidas pela ação de “mocambos e quilombos de negros fugidos e levantados, fazendo-se ladrões públicos e salteadores.”⁵⁶

Mais do que insurreições como explosões raivosas, conforme aponta Scott⁵⁷, as pessoas sentem e agem através dos seus trabalhos. Interessa-nos aqui chamar a atenção para o fato de que aqueles escravos não somente saqueavam pequenos núcleos urbanos dos produtos que necessitavam, eles faziam alianças com comerciantes locais, promoviam enfrentamento estratégico das tropas senhoriais, desenvolviam conhecimento aguçado de navegação nos rios, percebiam quais produtos eram fundamentais para que pudessem se manter numa forma de vida que não a das *plantations* ou do trabalho nas fazendas, causando certo laço de dependência inexorável de senhores e agentes coloniais.⁵⁸ Eles se movimentavam em áreas de fronteiras pouco ou nada controladas pela metrópole portuguesa, já habitadas por coletivos indígenas.⁵⁹ Esse cenário era de conhecimento do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Mello e Póvoas. Sua Majestade havia indagado, em 1771, sobre a situação de desgoverno de “negros forros e índios”. O secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, explicou ao Rei que havia a necessidade de mandar àquela capitania, segundo os mapas enviados a Portugal:

[...] forças militares e infantaria, cavalaria paga, auxiliares e milícias que compõem a guarnição desta capitania, [...] quatro companhias soltas, que se compõem de índios, negros forros e mestiços, que andam descalços e se denominam pedestres e que, apesar da impossibilidade de terem armas, com os seus remos, seriam úteis à defesa desta capitania.⁶⁰

Abria-se, dessa forma criativa, a perspectiva da transformação de “mocambeiros e quilombolas” em agentes da segurança do território. Não temos informações se esse plano foi

⁵⁵ Ibid, fls.39 v-39.

⁵⁶ Ibid, fls.107 v-108.

⁵⁷ SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, London: Yale University Press, 1985.

⁵⁸ GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas. Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p.141-163.

⁵⁹ COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁶⁰ APEM, Fundo 1 – Secretaria do Governo (1728-1914), Série 2: Registros Gerais do Governo Central, Livro 11 (1770-1778), fls.3v-5v..

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

de fato implementado, bem como de seu sucesso ou fracasso, e os motivos de cada uma dessas alternativas. Contudo, em oito de março de 1777, o governador da capitania, Joaquim de Mello Póvoas, informava ter 5.019 escravos alistados prontos para pegar em armas e defender a segurança da região.⁶¹

O escravo visto enquanto propriedade não só não recebia salário, como poderia ser objeto e fonte de lucro para seu senhor.⁶² No entanto, os escravos deixam de ser objetos para serem agentes sociais reconhecidos como tais, talvez até por seus ex-senhores. Ao contrário do século XIX, ainda falta uma pesquisa sistemática acerca dessas populações ocultas, entre 1780 e 1800, nas fontes portuguesas produzidas no bojo das tentativas de vigilância, perseguição e recuperação dos escravos. Suas ações preocupavam, como vimos, autoridades coloniais no Maranhão, que mostravam insucesso no seu controle satisfatório, procurando incrementar os mecanismos jurídicos, militares e policiais. Assim, em seis de dezembro de 1776, o governador Joaquim de Mello e Póvoas contou à Sua Majestade sobre “a necessidade de estabelecer na capitania do Maranhão uma Junta de Justiça, pois existem muitas práticas de crimes sem punição, como enforcamento de escravo e a morte de senhores por escravos.”⁶³

A nosso ver, é superficial uma análise que não considere os escravos enquanto importantes agentes sociais neste contexto de produção de algodão. Tanto é que, mais tarde, entre os anos 1831 a 1841 aconteceu a Balaiada que influenciou negativamente a produção desta mercadoria.⁶⁴

O que aconteceu para o algodão passar de moeda interna a mercadoria exportada?

⁶¹ APEM, Fundo 1 – Secretaria do Governo (1728-1914), Série 2: Registros Gerais do Governo Central, Livro 11 (1770-1778), fls.109-110.

⁶² Estamos nos baseando nas análises acerca dos caminhos que os objetos levam para serem tornados mercadorias de KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p.89-121. Vários apontamentos sobre a relação entre senhor e escravo, enfocando os limites e as expectativas que esse último enfrentava cotidianamente entre a vida nos trabalhos duros e a possibilidade constante da morte decorrente de punições por atos considerados por aquele como sendo indisciplinados, que tem nos inspirado, estão em PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: EdUSP, 2007. O mesmo autor ajuda a avaliar os critérios de diferenciação social estabelecidos a partir das relações entre pessoas livres, escravas e proprietárias de escravos em sociedades com esse perfil, e as tensões provocadas por essas situações.

⁶³ APEM, Fundo 1 – Secretaria do Governo (1728-1914), Série 2: Registros Gerais do Governo Central, Livro 11 (1770-1778), fls.99-100.

⁶⁴ ASSUNÇÃO, op. cit.; MESQUITA, Francisco de Assis Leal. *Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890*. São Luís: EdUFMA, 1987.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Essa é uma pergunta que ainda não temos condições de responder. Segundo Mesquita, falar da história da moeda no Maranhão implica em falar da história do algodão. Em 1690, um novelo de fio era igual a 25 réis e um rolo de algodão igual a 16 contos de réis.⁶⁵ São Luís era conhecido como o local onde o novelo de lã servia como moeda já na primeira metade do século XVIII e por isso foi proibida, em 1703, a exportação de algodão. Com a moeda de cobre passando a circular no Brasil, por volta de 1750, os novelos de algodão e as varas de pano foram sendo substituídas.⁶⁶ O saldo líquido significativo no comércio exterior vinha em moedas de ouro, possibilitando a substituição dos novelos de algodão na função de dinheiro.⁶⁷

Segundo Mesquita, com o dinheiro acumulado com a venda de algodão foram construídas fábricas de algodão no Maranhão durante o Império⁶⁸. Especulamos que o Centro Histórico de São Luís tenha sido construído também a partir deste acúmulo de capital. O que sabemos por enquanto é que o algodão uma vez sendo usado como mercadoria deu muitos lucros.

A primeira exportação foi em 1756. Inicialmente, a exportação era insignificante – 651 arrobas –, e em 1771 ainda era uma produção bem tímida – 4.055 arrobas em pluma –, considerando-se que haviam passados 12 anos. Segundo Mesquita, porque a Coroa Portuguesa ainda mantinha exclusividade das exportações de algodão, de 1779 a 1808, houve a maior expansão do volume de algodão exportado, sendo os maiores volumes exportadores tendo acontecido entre 1809 e 1830 – mesmo com as instabilidades políticas.⁶⁹

Segundo Gaioso, vendo que a produção no país era “fácil” não se plantou apenas algodão, mas também arroz a partir de 1765. Esses dois gêneros foram por um tempo a principal exportação e riqueza da lavoura do país. Tanto é que em 1771, a exportação de algodão para Lisboa foi de 4.055 arrobas 20 libras em pluma; de arroz foi de 2.847 arrobas 23 libras sucado. Isso significava para Gaioso um “aumento prodigioso e progressivo”, argumento que ele desenvolve ao organizar mapas sobre exportação para Lisboa e Porto, um referente a 1783 e outro a 1788 conforme dados que ele obteve nos registros reais das respectivas casas de arrecadação.⁷⁰

Gaioso conclui, analisando o resumo da exportação geral do algodão e de arroz entre 1805 e 1812, que a exportação média de algodão nos 8 anos foi de 42.314,5 sacas, com

⁶⁵ MOREIRA, 1875 apud MESQUITA, op. cit., p.73.

⁶⁶ MESQUITA, op. cit., p.54.

⁶⁷ Ibid., p.55.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Ibid., p.76.

⁷⁰ GAIOSO, op. cit., p.218.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

226.898 arrobas 16 libras de algodão em pluma: um aumento de mais de 50 vezes sobre o valor de 1771! O ano mais produtivo foi 1809, porém é preciso considerar que o ano anterior teve uma parada no comércio com a invasão dos franceses a Portugal. Examinando especificamente os três últimos anos, a exportação média foi de 49.263, quase 50 mil sacas, com 275 mil arrobas em pluma, 5,5 arrobas/ saca.

Até 1776, não eram cobrados impostos (tributos) pela produção de algodão. Foi a partir deste ano que se passou a cobrar 160 réis/ arroba de pluma de contribuição. Na alfândega passou a existir um local específico só para receber este “donativo”. Em 1796, durante o governo de D. Fernando Antonio de Noronha é que se recolheu o cofre onde se guardavam estes “donativos”, no qual se encontrou por volta de 500 ou 600 mil cruzados. A partir desse ano, passou realmente a ser considerado uma “verdadeira contribuição” e tornou-se parte do “patrimônio real”. O algodão ficou sujeito a carimbo de mais rigorosa aprovação. Em 1807, a contribuição aumentou para 600 réis/ arroba para ser exportado.

Para Mauss, o pagamento à vista só ocorre em economias mais estabelecidas⁷¹. Como no Maranhão não havia dinheiro, trouxeram-no mediante empréstimo e venda do algodão. Especulamos que a expectativa dos investidores/ credores era levar dinheiro a essa província para recebê-lo dos fazendeiros, no futuro, acrescido de juros. Falar em processos econômicos é falar de relações de crédito posto que é a relação que pressupõe a passagem do tempo: uma dívida obtida no presente pelo devedor que só poderá ser paga futuramente. O credor precisa confiar, e isso tem uma dose de risco, que o devedor irá cumprir o acordo.

Quem tem mais dinheiro tem mais crédito, pois a possibilidade de devolver o que lhe foi emprestado é maior do que a de quem não tem nada. Daí parecer que para Gaioso se justificava dar um “estímulo” aos capitalistas mais abonados a quererem se arriscar nas plantações de algodão no Maranhão. Para ele, somente pessoas capazes de esperar por um tempo para ter lucro (e por ser um novo empreendimento, também teria que ser capaz de correr riscos quanto à recuperação do investimento) se envolveriam nestas plantações. Só quem tem “sobrando” pode emprestar a longo prazo.

Se antes o algodão servia de instrumento de cálculo enquanto dinheiro viabilizando trocas, somente a partir do interesse crescente dos ingleses o algodão torna-se uma mercadoria. Essa mudança de condição talvez possa vir a ser estudado por nós, como sugerem Appadurai e Kopytoff no sentido de seguir uma “coisa” que se torna mercadoria

⁷¹ MAUSS, op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

(estudando produção, distribuição e consumo).⁷² Porém, até o momento, não temos dados para realizarmos tal análise.

“Segunda escravidão” e a *plantation* algodoeira no Maranhão

“Quem fala da Revolução Industrial fala do algodão”⁷³, não pela adoção de soluções tecnológicas recentes, mas sim por uma melhor maneira de organizar o espaço de produção. Segundo o historiador, foi muito mais uma questão de mudança administrativa do que tecnológica que caracteriza, fundamentalmente, a Revolução Industrial. Assim as indústrias na Inglaterra foram definindo, a partir da segunda metade do século XVIII, suas estratégias de produção para consumo em larga escala. Essas estratégias eram a combinação entre máquinas especializadas e trabalhadores de ofícios diversificados, tornando a produção mais complexa e dividida em novas etapas, em comparação ao período dos teares manuais. Tratava-se de um processo com procedimentos cuja lógica era dada pelo ritmo das máquinas, e não dos trabalhadores, que a elas deveriam se disciplinar⁷⁴.

Agora, interessa-nos apontar como internamente investimentos econômicos foram utilizados viabilizando tal crescimento, lembrando que não podem ser desconectados do contexto internacional.

O declínio do uso da mão de obra de escravos africanos e de seus descendentes, nas colônias europeias nas Américas, por exemplo, encontrou, no final do século XVIII e início do XIX, novo e jamais visto impulso através das demandas geradas pelo consumo global de mercadorias como tabaco, açúcar, café e algodão⁷⁵. O que antes era entendido por disputas entre potências metropolitanas colonialistas pelos lugares onde controlassem a produção, a partir desse período o controle fundamental passou a ser no âmbito dos fluxos e da distribuição das mercadorias para os centros consumidores. A Inglaterra, nesse cenário, ficou cada vez mais dependente do algodão produzido nos territórios coloniais, sendo ou não de sua posse. Para viabilizar sua demanda, a combinação entre formas de trabalho já conhecidas e o incentivo a novas áreas de cultivo foram por ela incentivadas. Era o caso da expansão e refundação da escravidão e do algodão no Maranhão no quadro do capitalismo industrial internacional – daí o conceito de “segunda escravidão”.

⁷² APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e políticas de valor. In: _____. (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008, p.15-87; KOPYTOFF, op. cit.

⁷³ HOBBSAWM, op. cit., p.53.

⁷⁴ Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.41-54 e 79-93. Traduzido do alemão.

⁷⁵ TOMICH, “2. *Mundo do capital, mundos do trabalho...*”. op cit. p.53-79; p.83.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Aos fazendeiros, os distribuidores emprestavam dinheiro para a compra de escravos e para viabilizar o escoamento das mercadorias até o porto. A partir de então os distribuidores passavam a se tornar responsáveis pelo transporte até os mercados europeus, onde eram revendidas essas mercadorias. Desse pagamento, uma parte era o lucro e a outra o pagamento de empréstimos feitos com banqueiros ingleses⁷⁶. O que está em jogo, portanto, neste cenário internacional do capitalismo industrial, são os fluxos de mercadorias, pessoas e dinheiro(s); pensar somente o funcionamento do modo de produção e as combinações de mão de obra não nos ajuda a compreender a entrada do Maranhão no capitalismo global.

Tomich procurou algo além de certas interpretações tradicionais da teoria da construção do capitalismo em escala mundial, de Marx. Elas, para o autor, observam a produção através da simples combinação do trabalho socialmente organizado com os instrumentos e materiais humanos disponíveis. A alternativa proposta por Tomich a essa teoria, a partir, também, de suas leituras de Marx, parte do investimento nos conceitos de distribuição, troca e consumo – como uma “totalidade interrelacionada”.⁷⁷ Processos de produção e reprodução de formas de trabalho, combinações entre maneiras locais de concebê-las, podem ser estudados caso tenhamos em mente a conformação temporal de redes de comércio em escala global.

O cenário de produção europeia era garantido por outro a ele complementar, com sua razão de ser em termos de modo de produção pelas demandas do primeiro. No Caribe e nas Américas, o funcionamento das *plantations* era central para o fornecimento das matérias-primas, como o algodão, para as indústrias inglesas. Estas eram fazendas com um modo de produção específico, marcado, grosso modo, pelo emprego de tecnologias voltadas para a produção de excedentes, diferenciação de classes no acesso à mesma, distribuição e seus fatores envolventes, produção voltada para um mercado externo específico, que depende e contribui para a acumulação de capital, subsidiado por um sistema político e legal – garantindo que o empresário tenha acesso às terras, insumos e a eficácia na transferência dos excedentes de produtores para proprietários.⁷⁸ Essa era a forma de industriais obterem, a baixo custo, algodão atraídos para o que viam como possibilidades de bons negócios ao terem fábricas têxteis na Inglaterra.

Os ingleses tinham forte influência em São Luís: controlavam seu porto, determinavam as taxas de câmbio, os valores dos fretes, das moedas e dos produtos na região,

⁷⁶ HOBBSAWM, op. cit.

⁷⁷ TOMICH, “2. *Mundo do capital, mundos do trabalho*”... , op. cit. p.70.

⁷⁸ No sentido de WOLF; MINTZ, op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

influenciando sobremaneira na exportação e na importação.⁷⁹ Até o momento podemos afirmar que há uma circulação de riquezas entre ingleses, portugueses e alguns fazendeiros no Maranhão, sendo excluídos os indígenas e os escravos, estes ao menos num primeiro momento.

Quais instrumentos de crédito foram utilizados para garantir esta produção?

É sabido que, a partir da criação da Companhia de Comércio, foram dados empréstimos para o financiamento de safras, instrumentos para o trabalho e assistência técnica aos plantadores.⁸⁰ Ao contrário do que ocorreu na mesma época nos EUA⁸¹, os produtores no Maranhão não conseguiam capital para melhorar as técnicas agrícolas e de exportação para maior concorrência no mercado internacional⁸².

Vale ressaltarmos que, seguindo argumentos de Chambouleyron, a compreensão da constituição do tráfico de escravos no Estado do Maranhão deve levar em conta suas especificidades. O autor destaca três elementos-chave sobre isso: a) uma vez ocorrida epidemias de varíola, em 1682, fundamentalmente entre os indígenas, então adotados largamente como mão de obra, a década de 1690 aponta para uma “corrida” aos africanos; b) o tráfico de escravos africanos foi visto como estratégico, pela Coroa Portuguesa, para melhorar o controle militar na região – sempre, desde finais do século XVI, cobiçada por Inglaterra, Holanda, França e Castela; c) diante da lei geral de proibição do trabalho indígena, de 1680, a experiência a partir de 1682 da Companhia de Comércio do Maranhão destinada ao envio de escravos ao Estado⁸³. Contudo, segundo Meireles, a introdução regular de cativos africanos na capitania só foi ocorrer com a instauração da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, disciplinada através do alvará régio de sete de junho de 1755. Através do seu monopólio para o comércio negreiro, duas regiões foram as fornecedoras de escravos: a Costa da Guiné, por meio dos portos de Bissau e Cacheu, e Angola. Ainda segundo a autora, entre

⁷⁹ SCHNEIDER, 1975, apud ASSUNÇÃO, op. cit., p.5.

⁸⁰ *Revista Geografia Ilustrada* apud MESQUITA, op. cit., p.54.

⁸¹ Acerca da situação da produção e do comércio de algodão nos EUA, no mesmo período, ver LAKWETE, Angela. *Inventing the cotton gin: machine and myth in Antebellum America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

⁸² Cf. ASSUNÇÃO, op. cit.

⁸³ CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n.52, p. 79-114, 2006. Para um panorama acerca da legislação colonial portuguesa sobre o trabalho indígena, ver PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.115-132.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

1779 e 1799, época de ampliação e solidificação da produção algodoeira no Maranhão, foram 203 viagens negreiras para essa capitania. Dessas, 131 vieram da África e 72 de portos brasileiros. Entre 1757 e 1777, chegaram quase 26 mil escravos africanos somente daqueles dois portos no Maranhão e Pará.⁸⁴

O final da Companhia monopolista trouxe, com a concorrência entre traficantes, aumento do preço dos escravos africanos no Maranhão. Afinal de contas, o tempo de crescimento das lavouras algodoeiras continuou acelerado mesmo com o final do tempo da existência do preço fixo dos escravos – que só poderia ser garantido com a interferência daquela Companhia. Mesmo nesse novo cenário, os escravos continuaram a ser adquiridos pelos plantadores de algodão, o que significa dizer que seus gastos aumentaram.⁸⁵

Segundo Braudel, as plantações de algodão na Europa Moderna tinham como maior despesa a mão de obra que, na maioria das vezes, era barata por ser escrava ou camponeses muito explorados.⁸⁶ No entanto, no Maranhão os custos pagos pelos fazendeiros para obtenção de escravos eram altos e os preços de venda do algodão, dependendo da época, eram relativamente baixos.

Segundo Gaioso, a capitania do Maranhão se fez “opulenta” com o produto do arroz e do algodão em pouco mais de 40 anos. No entanto, naquele momento, estava acontecendo uma queda na produção. Daí ele se esforçar em analisar quais seriam as causas e as possíveis soluções para sanar esta redução. Para este autor, eram cinco os motivos do empobrecimento dos lavradores: a) a falta de terreno para continuar a lavoura por causa dos indígenas; b) o “horroroso” preço dos escravos; c) “infinitos” óbitos na escravatura; d) a redução do preço do algodão, por conta do “escandaloso” monopólio de uns poucos

⁸⁴ O panorama sobre o comércio de escravos para a região do Maranhão e Grão-Pará, nesse período, assim como levantamento de dados inéditos e suas análises encontram-se em MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista*. 2006. f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília - DF, 2006, principalmente o Capítulo III: Tráfico de escravos e procedências africanas, p.70-114. Para um resumo dos principais dados e do argumento da autora, ver: MEIRELES, Marinelma Costa. As conexões do Maranhão com a África no tráfico atlântico de escravos na segunda metade do século XVIII. *Outros Tempos – Dossiê Escravidão*, v.6, n.8, p.130-145, dez. 2009. Dados mais completos sobre o volume de escravos transportados para a capitania do Maranhão, bem como a estruturação desse comércio, encontram-se em SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic slave trade to Maranhão, 1680-1846: volume, routes and organization. *Slavery & Abolition*, London, v. 29, n. 4, p. 447-501, dez. 2008. Para pesquisas detalhadas acerca das conexões e movimentações do tráfico negreiro entre o porto de São Luís e os de Bissau e Cacheu, ver: BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 2009. f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009 e SILVA, Maria Celeste Gomes. *Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800*. 2010. f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRRJ, Programa de Pós-graduação em História, Seropédica 2010.

⁸⁵ DIAS, op. cit.

⁸⁶ BRAUDEL, *The structures of everyday life...* op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

“capitalistas”; e) a nova forma de cobrança do imposto, que passou a ser pago em “efeitos beneficiados”.

Comerciantes ingleses foram a São Luís a fim de se tornarem credores de produtores no Maranhão. Um fluxo de crédito veio diretamente da praça financeira de Londres, resultando numa relação de dependência destes fazendeiros com os ingleses.⁸⁷ Vale dizer que estes agentes sociais também fundaram estabelecimentos em Lisboa e no Porto para melhorar a obtenção do algodão, cujos tecidos a partir dele produzidos eram depois vendidos para a própria colônia portuguesa. Os ingleses faziam a negociação diretamente com os produtores do e no Maranhão, controlando as taxas comerciais no porto de São Luís, algo peculiar em relação às demais províncias⁸⁸. Quando os endividados fazendeiros conseguiam lucros mais altos, acabavam optando por comprar escravos para incrementarem a produção⁸⁹. O próprio Gaioso em seu *Compêndio* afirma que todo habitante que não tivesse bens patrimoniais e pretendesse investir em lavouras demoraria muito a conseguir lucro, posto o dinheiro necessário para se gastar com escravos.

E como se não bastassem as dívidas contraídas pelos lavradores, em 1785 foi expedido pela rainha de Portugal um alvará que mandava extinguir todas as manufaturas de tecidos e similares visando proteger as atividades agrícolas e extrativas. A revogação ocorreu em 1808, porém, em 1810, Portugal já estava assinando novos tratados comerciais com a Inglaterra privilegiando a importação de seus produtos industrializados.⁹⁰ Somente em 1844, haverá a primeira medida estimulando oficialmente aquela atividade. Pesados impostos alfandegários foram cobrados, através da política protecionista de Alves Branco⁹¹.

Não nos resta dúvida que foram realizadas diversas operações de crédito. O silêncio está nos instrumentos e também nas formas de cálculo que muito possivelmente eram as mais diversas – tanto do ponto de vista de uma racionalidade mais objetiva quanto das formas mais ordinárias de cálculo⁹².

Considerações finais: vantagens das conexões entre crédito e “segunda escravidão” para investigar a indústria algodoeira no Maranhão

⁸⁷ ASSUNÇÃO, op. cit.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid., p.51.

⁹¹ Ibid., p.52.

⁹² WEBER, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, n.8, v.2, p.151-182, 2002.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

Gaioso tratou da produção de algodão no Maranhão considerando demandas internacionais. Não colocou questões relativas ao papel das indústrias de tecidos na Inglaterra, nem mesmo às conexões entre partes diversas do mundo para o fornecimento de mão de obra e crédito para que a empresa algodoeira fosse possível. Esses fatores aparecem resumidamente no seu relato. Tomamos esse autor como uma fonte privilegiada da época em que a Coroa Portuguesa procurava soluções para o incremento da produção e exportação do algodão no Maranhão, já fora do cenário de incentivos de preços estabelecidos pela Companhia de Comércio.

Aqui e acolá, fora Gaioso, aparecem na historiografia que tratou do tema informações sobre a determinante importância de ingleses no processo de estruturação e desenvolvimento desse produto nessa região⁹³. Seriam pessoas ligadas a banqueiros, traficantes de escravos, representantes comerciais de indústrias de tecidos compradoras de algodão. Dessa rede de relações quase nada, por enquanto, conhecemos com precisão. Contudo, sua existência seria um indício da influência das demandas do mercado de tecidos surgido na Europa conjuntamente à modificação na forma de empresários capitalistas usarem e administrarem seus espaços de produção. Esse é o olhar que desejamos dar continuidade nesta pesquisa, a partir das questões que procuramos responder neste texto.

Escravos e mais escravos foram adquiridos por fazendeiros dedicados ao algodão no Maranhão, a partir de 1775, lugar de poucos africanos e muitos indígenas que davam dores de cabeça às autoridades coloniais. Os relatos de quilombolas agindo nas regiões de cultivo de algodão indicam que escravos rapidamente reagiram aos ritmos de trabalho acelerado nas lavouras⁹⁴. O aumento das demandas dos mercados europeus por matérias-primas, como o algodão, no caso das fábricas da Inglaterra, provocava aumento na exploração do trabalho compulsório nas *plantations* e nas fazendas. Mais escravos deveriam ser adquiridos para dar conta dessa realidade, chamada por Tomich de “segunda escravidão”, e, no cotidiano das fazendas, os escravos que nelas já estivessem seriam mais exigidos⁹⁵.

As conexões entre a produção de algodão no Maranhão, as ações dos ingleses e quem eram eles nesse cenário e as reações de escravos na sua inserção nas fazendas algodoeiras são alguns dos desafios das próximas etapas desta pesquisa.

Só houve investimento para aumento considerável nas plantações de algodão no Maranhão por causa de uma demanda internacional não somente pelos ingleses, que queriam

⁹³ Principalmente ASSUNÇÃO, op. cit.

⁹⁴ GOMES; QUEIROZ, op. cit.

⁹⁵ TOMICH, “3. A “segunda escravidão”...op. cit.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-213. ISSN: 1808-8031

matéria-prima, mas também pelos compradores de tecidos que estavam em várias partes do mundo.